



**REPÚBLICA DE ANGOLA
ASSEMBLEIA NACIONAL
BANCADA PARLAMENTAR DA FNLA**

**DECLARAÇÃO POLITICA PROFERIDA PELO DEPUTADO
LUCAS BENGHY NGONDA POR OCASIÃO DA 9ª. REUNIÃO
PLENÁRIA ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA
DA IV LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA NACIONAL, AOS 17 DE
MAIO DE 2018.**

Excelências

O Senhor Presidente da Assembleia Nacional

Senhores Vices-Presidentes da Assembleia Nacional

Senhora Secretária da Mesa da Assembleia Nacional

Senhores Deputados

Senhores Representantes do Titular do Poder Executivo

Ilustres convidados

Minhas Senhoras, Meus Senhores

A Sessão Plenária de hoje traz consigo importantes Diplomas que encerram um profundo significado para a vida dos Angolanos, porque trata-se, de facto, de um exercício legislativo que vai marcar a vida do nosso povo. Quarenta e três anos depois da independência, só agora, Angola terá um Código Penal que deve traduzir as preocupações dos cidadãos angolanos sobre a criminalidade. O anterior Código Penal decorria das instituições napoleónicas de 1804, adaptadas ao sistema do ordenamento jurídico português, em 1886, que pela via da colonização, herdamos o Código Penal que vigora em Angola até aos nossos dias.

Considerando as transformações sócio - políticas e culturais decorrentes do Mundo Contemporâneo, o legislador Angolano deve prestar atenção às questões ligadas aos crimes susceptíveis de serem por si legitimados através de actos normativos irreflectidos. Respeitando os fundamentos da vida, a própria Constituição da República de Angola, rejeita a ideia da pena de morte. A questão de aborto ou interrupção voluntária da gravidez, com ou sem consentimento da mulher geradora da vida, sejam quais forem os motivos que a justifiquem, é pena de morte praticada de uma outra forma, exigindo, assim, uma profunda reflexão do legislador angolano

para que não cometa o erro de consequências dramáticas irreversíveis para as gerações futuras. A despenalização do aborto é um destes crimes. O consentimento da própria mulher gestante pode engendrar uma liberdade que milita contra a vida e contra a existência humana. Ipso facto contra a própria mulher. Reconhecemos o seu direito de querer ou não ter filhos, mas ela transporta consigo a pesada responsabilidade de manter a espécie humana em vida.

Os motivos avançados para justificar pena de morte contra a vida intra-uterina dos Artigos 156º. a 160º. é um caminho seguro da despenalização camuflada do aborto, com a cobertura jurídica interposta pelo consentimento da própria mulher gestante em cumplicidade com o médico. As questões morais suscitadas pela gravidez indesejável, não podem encontrar solução somente no assassinato intra-uterina. As soluções de ordem social são transversais a todos os problemas humanos.

Senhor Presidente da Assembleia Nacional, distinto Deputados, o problema do aborto no nosso país, está sendo encarado neste Código Penal ora em discussão, do ponto de vista cultural, social e económico. A componente divina da vida e sua natureza da procriação está sendo posta de lado. A Europa inspiradora de todas as correntes abortistas libertinas, que aqui se fazem sentir, meio século depois, enfrenta hoje sérios problemas da sua pirâmides social, com vertiginosas taxas de baixa de natalidade. Angola, nosso país, com 1.436.700 Km2, tem uma ínfima população de 24 milhões de habitantes, com uma taxa de mortalidade de todas as idades e categorias socioprofissionais, fora do comum. Nós temos um país despovoado, onde se percorre centenas de quilómetros sem cruzar com uma alma humana.

No nosso entendimento, o que é mais importante para Angola, são as políticas activas da família e de saúde reprodutiva, isto é colocar o Homem Angolano no centro de todas as preocupações. Políticas de combate à pobreza e à miséria, políticas educativas e ensino, políticas sociais de integração económica das populações. Políticas de uma sociedade capaz de respeitar os seus valores fundamentais. Em suma, uma reforma social capaz de manter o equilíbrio societal.

Embora reconheçamos a complexidade da questão do aborto em todas as suas vertentes, nas sociedades ditas desenvolvidas, nós apelamos para maior prudência ao legislarmos sobre estas matérias.

Muito Obrigado